

## CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E SUPERIOR SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Monaliza Ribeiro Mariano Grimaldi<sup>1</sup>, Francisca Camila Nogueira Silva<sup>2</sup>, Morgama Mara Nogueira Lima<sup>3</sup>, Adriana Sousa Carvalho de Aguiar<sup>4</sup>, Vanessa Emille Carvalho de Sousa Freire<sup>5</sup> e Paula Marciana Pinheiro de Oliveira<sup>6</sup>**

- 1.Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Redenção, Ceará, Brasil;
- 2.Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Curso de Graduação em Enfermagem, Redenção, Ceará, Brasil;
- 3.Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Redenção, Ceará, Brasil;
- 4.Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIGRANDE), Docente do Curso de Enfermagem, Fortaleza, Ceará, Brasil;
- 5.Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Docente do Instituto de Ciências da Saúde, Redenção, Ceará, Brasil;
- 6.Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Redenção, Ceará, Brasil.

### RESUMO

Descrever o conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre a temática pessoa com deficiência, acessibilidade e inclusão escolar. Estudo descritivo, exploratório, com 53 professores do ensino básico e superior, Ceará, Brasil, em outubro e novembro de 2017. Aplicou-se questionário semiestruturado sobre a temática. Para análise dos dados utilizaram-se os testes Kolmogorov-Smirnov e Mann-Whitney, considerando significância  $p < 0,05$ . Em relação a possuir ou já ter ensinado alunos com deficiência, a maioria dos professores do ensino superior (11) referiu não ter ensinado diferente do básico, que tinham maior contato com esse público e a melhor percepção de seu trabalho ser acessível. Todos os professores possuíam conhecimento sobre como deve ser o ambiente escolar para deficientes e os meios de comunicação e tecnologias utilizadas por deficiente auditivo e visual. Professores compreendem sobre o ambiente escolar favorável e acessível para pessoa com deficiência, facilitando a inclusão desses na escola e na universidade.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência, Docentes e Inclusão escolar.

### ABSTRACT

This study aimed to describe the knowledge of basic and higher education teachers about disabled people, accessibility and inclusive education. It was descriptive exploratory study conducted with 53 teachers of basic and higher education the state of Ceará, Brazil, October

and November 2017. A semi-structured questionnaire on the theme was applied. For data analysis, Kolmogorov-Smirnov and Mann-Whitney tests were used, considering significance  $p < 0.05$ . Regarding teaching or having already taught students with disabilities, most higher education teachers (11) reported not having taught anything other than regular, that they had great contact with this audience and the best perception of their work being accessible. All teachers presented knowledge what the school environment should be like for disabled people and the means communication and technologies used by people with vision or hearing impairments. Teachers understand about the favorable and accessible school environment for disabled people, facilitating their inclusion in school and university.

**Keywords:** Disabled Persons. Faculty. Mainstreaming and Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, tem-se discutido muito sobre o tema inclusão relacionado à pessoa com deficiência em diversos âmbitos da sociedade. Inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo e essa reformulação tem por objetivo assegurar que todos os alunos possam ter acesso a vasta gama de oportunidades sociais e educacionais que a escola pode oferecer, dessa forma evitando segregação e isolamento (FREITAS; TEIXEIRA; RECH, 2016).

Pessoa com deficiência refere-se àquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode limitar a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A nível mundial, existe mais de um bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência (ONU, 2011). Segundo o último censo realizado no Brasil, 23,9% da população possui pelo menos um tipo de deficiência, seja sensorial, motora ou intelectual. A deficiência visual apresentou maior prevalência com 57,2%, seguida da motora (22,1%), auditiva (15,4%) e intelectual (5,3%) (IBGE, 2010).

Para esse público, é fundamental que seja garantida a acessibilidade em todos os setores da sociedade como saúde, educação, transporte, entre outros serviços, pois representa a utilização destes com segurança e autonomia (ABNT, 2015). Na área educacional, a acessibilidade em escolas e universidades viabiliza o aprendizado e o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo com deficiência, proporcionando autonomia e participação efetiva das atividades acadêmicas propostas (BRASIL, 2013).

Estudo realizado mostrou que entre 2010 e 2016 houve um aumento de 65% dos alunos com deficiências nas escolas regulares (BRASIL, 2017), com oportunidades maiores de ingresso no nível superior em busca de formação profissional (LIMA; COSTA, 2014).

O maior quantitativo de pessoas com deficiência em escolas regulares e universidades exige o preparo e capacitação dos professores para que exerçam práticas de educação inclusiva (SILVA; CARNEIRO, 2016). Para que haja educação inclusiva é necessário que o profissional da educação amplie o leque de conhecimento e invista na sua formação continuada (BENTO et al., 2015).

Na educação é necessária a construção de materiais, metodologia e processo de comunicação efetivo para a aprendizagem, atendendo a especificidade do aluno e o que é comum a todos, correlacionando o trabalho educacional com a identidade, diferença e diversidade do mesmo (CAMARGO, 2017).

A educação inclusiva desafia educadores, pais, alunos com deficiência e profissionais inseridos na educação, pois estimula o ensino para todos, adequando-se diante das necessidades dos alunos, de forma que favoreça o ingresso e a permanência, além de colaborar efetivamente para o aprendizado com qualidade e igualdade no ambiente escolar regular (MENDONÇA, 2013; CARVALHO, 2015).

Para que haja um ensino inclusivo é necessário que o corpo docente e a instituição estejam sensibilizados acerca dessa temática. Assim, é necessário identificar barreiras físicas e de comunicação, capacitar recursos humanos, ampliar o conhecimento de professores acerca do assunto, possibilitando aos mesmos aprimorarem suas práticas pedagógicas.

Diante deste contexto, surgiram os seguintes questionamentos: Qual o conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre o tema Pessoas com Deficiência, Acessibilidade, inclusão? Os professores estão sensibilizados quanto à acessibilidade pedagógica e atitudinal? Estas respostas são essenciais para proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência, tanto no ensino básico como superior, com educação efetiva e de qualidade, além de melhorar relacionamento professor-funcionários-alunos e alunos com deficiência.

Este estudo objetiva descrever o conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre a temática pessoa com deficiência, acessibilidade e inclusão escolar.

## 2. MATERIAIS E MÉTODO

### 2.1 TIPO DE ESTUDO

Estudo qualitativo, descritivo e exploratório.

### 2.2 LOCAL DE ESTUDO

Realizado em cinco instituições escolares do interior do Ceará, sendo quatro escolas de ensino básico e uma universidade federal.

### 2.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Participaram do estudo 39 professores do ensino básico e 14 do ensino superior, totalizando 53 professores.

Os critérios de inclusão foram: ser professor ativo do ensino fundamental, médio ou de nível superior e desse último, ministrar aulas no Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal em estudo. Optou-se somente por este curso, em virtude de ser a área da pesquisadora. Critérios de exclusão foram: professores atuando na gestão escolar, de licença, férias, ou algum tipo de afastamento no período da coleta dos dados.

### 2.4 COLETA DE DADOS

Estudo realizado em outubro e novembro de 2017 através de um questionário semiestruturado adaptado (VASCONCELOS et al., 2015), dividido em duas partes: a primeira contemplou oito perguntas referentes à caracterização sócio demográfico e profissional dos docentes. A segunda parte abordou questões referentes ao tema pessoa com deficiência, inclusão, acessibilidade e educação inclusiva, totalizando 20 perguntas subjetivas e objetivas.

Na escola a coleta de dados ocorreu na entrega do questionário o qual foi devolvido respondido após uma semana. Na instituição de nível superior, este foi entregue no início da reunião de colegiado, sendo preenchido e devolvido ao final da mesma.

## 2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após leitura e análise dos formulários, as respostas foram organizadas no programa Excel, versão 2010, e analisadas no software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 23.0. Para verificar a normalidade dos dados, utilizou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov. Para comparar o grau de acerto dos grupos (Ensino Básico e Superior) quanto às perguntas do questionário, utilizou-se o teste Mann-Whitney. O nível de significância estatística selecionado foi de 5% ( $p < 0,05$ ).

## 2.6. ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa nº 2.036.222. Os princípios éticos foram respeitados e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentação das variáveis sociodemográficas e a caracterização dos 53 professores que compuseram a amostra deste estudo, referente à idade, escolaridade, formação, curso, tempo e disciplina que ensina.

Observa-se na Tabela 1 que a maioria dos participantes era do sexo feminino, idade entre 31-40 anos, pós-graduação, tempo de ensino entre 1-10 anos, formados na área linguagens e códigos e enfermagem, respectivamente, no ensino básico e superior. Vale ressaltar que uma escola de nível fundamental possui três professores que fazem parte do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Na comparação, envolvendo as 20 perguntas, dos grupos de professores do ensino básico e superior ocorreram diferença significativa para cinco questões, são elas; possui aluno com deficiência, precisou adaptar ou modificar sua didática, dificuldade de relacionamento, recebeu treinamento ou curso sobre a temática e período da separação na sociedade de pessoas com e sem deficiência.

Nesta comparação entre os grupos de professores, os representantes do ensino básico tiveram mais acertos que os professores do ensino superior em quatro questões. A

questão em que os professores do ensino superior foram melhores refere-se ao período da separação na sociedade de pessoas com e sem deficiência, mediante posto médio de 16,9 (vs.) 29,4, tendo em vista que o valor do posto médio quanto mais próximo de um representa o grupo com mais acerto.

**Tabela 1.** Variáveis sociodemográficas e caracterização dos professores do ensino básico e superior, segundo a idade, escolaridade, formação, curso, tempo e disciplina que ensina. Acarape e Redenção, CE, Brasil, 2017. (N=53)

<b>Variável</b>	<b>Categoria</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	38	71,7
	Masculino	15	28,3
<b>Idade (anos)</b>	18-20	1	1,8
	21-30	11	20,7
	31-40	28	52,8
	41-50	7	13,2
	51-60	2	3,7
	NR	4	7,5
<b>Escolaridade</b>	Pós-graduação	35	66
	Superior Completo	16	30,2
	Superior Incompleto	1	1,9
	Médio	1	1,9
<b>Ensino Básico</b>	Ciências da Natureza	8	15,1
	Linguagens e Códigos	21	39,6
	Ciências Humanas	6	11,3
	Matemática e suas	4	7,5
	Tecnologias		
<b>Ensino Superior</b>	Enfermagem	10	18,9
	Farmácia	3	5,7
	Medicina	1	1,9
<b>Curso que ensina</b>	Fundamental	17	32
	Médio	22	41,5
	Superior	14	26,4
<b>Tempo de Ensino (anos)</b>	< 1	2	3,7
	1-10	27	50,9
	11-20	18	33,9
	21-30	4	7,5
	NR	2	3,7
<b>Disciplina que ensina</b>	Polivalente	10	18,9
	Ciências da Natureza	7	13,2
	Linguagens e Códigos	12	22,6
	Ciências Humanas	6	11,3
	Matemática e suas	4	7,5
	Tecnologias		
	Enfermagem	14	26,4

\* NR= Não respondeu / Fonte: Elaborada pelos autores

As questões em que os professores do ensino básico foram melhores aos professores do ensino superior obtiveram o seguinte valor de posto médio, possui aluno com deficiência (22,4 (vs.) 39,8), precisou adaptar ou modificar sua didática (18,7 (vs.) 38,5), dificuldade de relacionamento (23,9 (vs.) 33,5) e recebeu treinamento ou curso sobre a temática (24,2 (vs.) 34,6).

A tabela 2 aborda o conhecimento dos professores acerca dos conceitos de exclusão, inclusão, segregação, acessibilidade e deficiência.

**Tabela 2.** Conhecimento dos professores do ensino básico e superior, segundo o conceito de exclusão, segregação, inclusão, deficiência e acessibilidade. Acarape e Redenção, CE, Brasil, 2017. (N=53)

Questões	Ensino Básico		Ensino Superior		Significância P
	N	%	N	%	
<b>Definição de exclusão</b>					
A	24	61,5	11	78,5	0,128
E	15	38,4	2	14,2	
NR			1	7,1	
<b>Definição de segregação</b>					
A	11	28,2	11	78,5	0,002
E	26	66,6	3	21,4	
NR	2	5,1			
<b>Possui aluno com deficiência</b>					
S	34	87,1	3	21,4	0,000
N	5	12,8	11	78,5	
<b>Definição de surdo-mudo</b>					
A	17	43,5	9	64,2	0,247
E	20	51,2	5	35,7	
NR	2	5,1			
<b>Definição de baixa visão</b>					
A	39	100	13	92,8	0,095
E			1	7,1	
<b>Definição de Acessibilidade</b>					
A	39	100	14	100	-

\*A= Acerto; E= Erro; NR= Não respondeu /S= Sim; N= Não

Quanto aos participantes do estudo ao serem questionados sobre o período de exclusão quando as crianças nasciam com deficiência e eram mortas, mais da metade do ensino básico (61,5%) e superior (78,5%) acertou a questão e quanto ao período em que havia a separação na sociedade de pessoas com e sem deficiência, a maioria do ensino básico errou (66,6%) e do ensino superior acertou (78,5%) e quanto ao período (tabela 2) .

Quanto à questão se um paciente que nasce surdo e se comunica por libras representa uma pessoa surdo-mudo metade do ensino básico errou (51,2%) enquanto mais

da metade dos participantes do ensino superior (64,2%) acertou a questão. Sobre visão reduzida para longe e perto, todos do ensino básico e a maioria do ensino superior acertaram a questão quando responderam baixa visão. Quanto ao termo utilizado para indicar o direito de ir e vir de qualquer cidadão todos acertaram a questão quando responderam acessibilidade (tabela 2).

A tabela 3 aborda o conhecimento dos professores relacionado a relacionamento, informação e comunicação com Pessoa com Deficiência.

**Tabela 3.** Conhecimento dos professores do ensino básico e superior, segundo o relacionamento, informação e comunicação com Pessoa com Deficiência. Acarape e Redenção, CE, Brasil, 2017. (N=53)

Questões	Ensino Básico		Ensino Superior		Significância P
	N	%	N	%	
<b>Dificuldade de relacionamento</b>					
S	14	35,8			0,009
N	24	61,5	14	100	
NR	1	2,5			
<b>Recebeu treinamento ou curso sobre a temática</b>					
S	18	46,1	1	7,1	0,010
N	21	53,8	13	92,8	
<b>Acha treinamento relevante</b>					
S	30	76,9	14	100	0,140
N	5	12,8			
NR	4	10,2			
<b>Comunicação com deficiente auditivo</b>					
A	38	97,4	13	92,8	0,099
E			1	7,1	
NR	1	2,5			
<b>Comunicação com deficiente visual</b>					
A	38	97,4	14	100	0,549
E	1	2,5			

\*A= Acerto; E= Erro; NR= Não respondeu / S= Sim; N= Não /

No ensino superior, todos os participantes não tiveram dificuldade de relacionamento com alunos com deficiência, enquanto, menos da metade do ensino básico (35,8%) apresentou dificuldade de relacionamento.

Quanto ao treinamento ou curso sobre a temática, metade do ensino básico (53,8%) e a maioria do ensino superior (92,8) não recebeu, no entanto, a maioria do ensino básico (76,9%) e todos do ensino superior acham relevante um curso ou treinamento sobre a temática em estudo.



E quanto às perguntas envolvendo como é realizada a comunicação de alunos com deficiência auditiva e visual, quase todos do ensino básico (97,4%) e superior (92,8%) acertaram quando responderam libras e braile, respectivamente (tabela 3).

A tabela 4 aborda o conhecimento dos professores sobre acessibilidade e tecnologias assistivas.

**Tabela 4** Conhecimento dos professores do ensino básico e superior, segundo acessibilidade e tecnologias assistivas. Acarape e Redenção, CE, Brasil, 2017. (N=53)

Questões	Ensino Básico		Ensino Superior		Significância
	N	%	N	%	P
<b>Precisou adaptar ou modificar sua didática</b>					
S	28	71,7			0,000
N	6	15,3	14	100	
NR	5	12,8			
<b>No trabalho existe acessibilidade</b>					
S	30	76,9	8	57,1	0,110
N	6	15,3	5	35,7	
NR	3	7,6	1	7,1	
<b>Rampas como tipo de acessibilidade</b>					
A	37	94,8	12	85,7	0,270
E	2	5,1	2	14,2	
NR					
<b>Ambiente escolar com acessibilidade</b>					
A	39	100	14	100	-
E					
NR					
<b>Tecnologias utilizadas para o cego</b>					
A	30	76,9	12	85,7	0,867
E	6	15,3	2	14,2	
NR	3	7,6			
<b>Recursos para mobilidade dos deficientes físicos</b>					
A	39	100	14	100	-
E					
NR					
<b>Adaptações de programas para deficientes auditivos</b>					
A	25	64,1	10	71,4	0,703
E	13	33,3	4	28,5	
NR	1	2,5			
<b>Como o cego pode obter informações</b>					
A	37	94,8	13	92,8	0,457
E	1	2,5	1	7,1	
NR	1	2,5			
<b>Sinal que permite o cego atravessar a faixa de pedestre</b>					
A	32	82	12	85,7	0,944
E	5	12,8	2	14,2	
NR	2	5,1			

\*A= Acerto; E= Erro; NR= Não respondeu / S= Sim; N= Não

Quanto à adaptação na didática, a maioria dos professores do ensino básico (71,7%) respondeu que realizou modificação nas aulas para alunos deficientes, enquanto todos os participantes do ensino superior não precisaram modificar a didática. Quanto à acessibilidade no ambiente de trabalho foi percebida pela maioria e, mais da metade do ensino básico (76,9%) e superior (57,1), respectivamente (tabela 4).

Todos os professores acertaram sobre como deve ser o ambiente escolar para a pessoa com deficiência, marcando que na escola precisa disponibilizar rampas, elevadores, banheiros, bebedouros acessíveis. Logo, a maioria dos participantes acertou que rampas representa um tipo de acessibilidade, bem como todos os participantes acertaram quando marcaram o item cadeiras de roda, muletas, bengalas, andadores como recursos que facilitam a mobilidade dos deficientes físicos.

E sobre as tecnologias utilizadas para o cego se orientar enquanto anda na rua; sobre como o cego pode obter informações; qual o sinal que permite o cego atravessar a faixa de pedestres com segurança, sem necessitar de ajuda de outras pessoas, a maioria, respectivamente, 42, 50 e 44 professores acertou as três questões quando marcou bengala, cão-guia, pisos táteis; gravações de áudio, leitor, softwares sintetizadores de voz e sinal sonoro, respectivamente (tabela 4).

Mais da metade dos participantes do ensino básico (64,1%) e superior (71,4%) acertou quando marcou o item legenda, janela com intérprete de Libras e *closed caption* como adaptação de programas para oferecer ao deficiente auditivo que ele assista e compreenda-os (tabela 4).

Nesse estudo a maioria dos professores era do sexo feminino, idade entre 31-40 anos, com pós-graduação, tempo de ensino entre 1-10 anos, formados na área de linguagens e códigos e enfermagem, respectivamente, no ensino básico e superior. Na nossa análise cinco questões obtiveram diferença significativa e dessas, o ensino básico obteve mais acertos em quatro questões comparadas ao ensino superior.

Com o estudo, evidencia-se que para o professor de ensino básico e superior é de suma importância o conhecimento sobre a deficiência dos alunos, além do reconhecimento das potencialidades e habilidades que o aluno com deficiência pode desenvolver, independentemente de suas limitações físicas e/ou sensoriais, bem como o relacionamento entre o educador e o educando corroborando para a educação inclusiva (PALMA; MANTA, 2010).

Para uma educação inclusiva é necessário que o relacionamento entre a família do aluno com deficiência e a escola seja eficaz, pois ambos compartilham funções na educação

atuando como inibidoras ou propulsoras do crescimento intelectual, físico, social emocional e psicológico dos mesmos. Nesse estudo, os professores não sentiram dificuldade de relacionar-se com os alunos que possuíam algum tipo de deficiência, promovendo uma relação e interação professor-aluno saudável para o ambiente de aprendizagem (LAZZARETTI; FREITAS, 2016).

Nesse estudo, os professores compreendem que para favorecer o relacionamento entre o educando e o educador é necessário manter uma excelente comunicação com as pessoas com alguma deficiência, como por exemplo, libras para pessoas com deficiência auditiva, braile para pessoas com deficiência visual, buscar novas tecnologias para aperfeiçoar o modo de ensino e assim todos terem resultado positivo no aprendizado.

Em virtude disso e, com o aumento de estudantes com deficiência nas escolas, os profissionais da educação necessitam estar preparados para atender academicamente as especificidades que os mesmos apresentam, necessitando de um curso ou treinamento para que os professores possam desenvolver estratégias de ensino e um ambiente favorável para as PcD (LOPES et al., 2016). E nesse estudo, a maioria dos professores, tanto do ensino básico como superior, relatou ser relevante um curso ou treinamento sobre Pessoa com Deficiência, acessibilidade e inclusão.

Os professores desse estudo, em sua maioria, não tiveram treinamento ou curso sobre a temática em estudo. Este resultado corrobora com a falta de preparo, no aspecto pedagógico, para atender as singularidades do aluno com deficiência, bem como a falta de conhecimento sobre os tipos de deficiências e síndromes, legislação sobre PcD e acessibilidade, o que pode acarretar entraves para o desenvolvimento de um trabalho acadêmico de qualidade na escola que se diz para todos (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Para que os professores possam desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas, estes necessitam de curso de formação continuada, na referida temática, a fim de suprir sua formação pedagógica que não os preparou para atender as particularidades desses alunos (SILVA; CARNEIRO, 2016; BENTO et al., 2015). Nesse ensejo, para beneficiar o processo ensino-aprendizagem, os professores desse estudo que possuíam aluno com deficiência em sala de aula, adaptaram ou modificaram sua didática com o objetivo de tornar um espaço escolar acessível.

Ambiente escolar acessível envolve âmbitos além da sala de aula. Para tanto, deve-se promover condições de igualdade para todos eliminando as barreiras arquitetônicas que representam dificuldades para o aluno com deficiência física e visual, bem como as barreiras atitudinais e sociais (FREITAS; TEIXEIRA; RECH, 2016). Nesse estudo, os profissionais da

educação identificaram no espaço escolar, um ambiente acessível e, sobre tudo compreendem o termo acessibilidade e inclusão na escola.

Nesses casos as barreiras devem ser superadas, tanto atitudinais como arquitetônicas, para que a inclusão escolar seja realmente efetivada, buscando todas as formas de acessibilidade desde rampas, banheiros e bebedouros acessíveis, pisos táteis, utilização de equipamentos sonoros e tecnologias inovadoras de modo a assegurar e garantir o acesso, ingresso e permanência do aluno com deficiência no ambiente escolar. Nesse paradigma, o termo acessibilidade vai além de locomover-se, incluindo acesso à informação, interação social, promovendo assim a autonomia da clientela em estudo (LOPES et al., 2016).

Quando as condições de acessibilidade no ambiente escolar são atendidas, promove-se a autonomia dos sujeitos, como: possibilidade de locomover-se nos diversos espaços; participar de atividades escolares; ter acesso à informação; envolver-se ativamente da vida em sociedade estabelecendo relações com as pessoas em seu meio, entre outras (LOPES et al. 2016). Nesse contexto, as escolas estão se modificando e encontrando formas de educar com sucesso as PcD, o que proporciona uma educação inclusiva.

Observa-se que os participantes do estudo corroboram com a prática de inclusão educacional, pois os mesmos possuem conhecimento sobre o período em que havia a segregação, separação, dos alunos com algum tipo de deficiência dos alunos sem deficiência, o que deixa claro a diferença de um ensino transversal do ensino paralelo, esse último como práticas excludentes no meio escolar. Vale acrescentar que a inclusão somente ocorre quando os saberes forem compartilhados por todos os alunos ocupando a mesma sala de aula configurando um sistema educacional com inclusão (MACEDO et al. 2014).

Nesse contexto, o governo e os municípios deveriam ser mais efetivos criando políticas públicas para as PcD, desenvolver treinamentos ou cursos para os profissionais de todos os âmbitos referente a temática em estudo, assim como tecnologias que auxiliem esses professores no processo ensino-aprendizagem contribuindo para melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Em virtude disso, nesse estudo, os professores relataram a relevância quanto ao treinamento ou curso sobre a temática Pessoa com Deficiência, acessibilidade e inclusão no âmbito escolar, bem como a necessidade e o compromisso em adaptar e modificar a didática diante do processo ensino-aprendizagem para alunos com deficiência.

A limitação do estudo relaciona-se com o quantitativo de participantes e de instituições de ensino, adesão dos professores ao tipo de instrumento de coleta. No nível superior, nos

quais foram pesquisados somente os professores do curso de enfermagem, partiu de uma curiosidade em saber do conhecimento dos professores da área da saúde sobre o referido tema, o que não contemplou os professores de outros cursos de graduação na instituição educacional. Neste ensejo, o estudo evidencia a relevância para futuras pesquisas com perspectivas para outros cursos de graduação sobre a temática Pessoa com Deficiência.

A Contribuição para a prática relaciona-se com a sensibilização dos professores e dos gestores com o estudo e, após a sensibilização e empoderamento com a temática, venham desenvolver políticas públicas, estratégias de ensino e um ambiente favorável para pessoas com deficiência, favorecendo para uma metodologia de ensino diferenciada para o aluno com deficiência no seu aprendizado acadêmico.

## 4. CONCLUSÃO

Conclui-se que os professores do ensino básico estão mais familiarizados com a temática em estudo, tendo em vista possuírem alunos com deficiência e, em ambos os níveis de ensino, os participantes compreendem acerca do ambiente escolar favorável e acessível para o aluno com deficiência.

São necessárias futuras pesquisas sobre a temática Pessoa com Deficiência, acessibilidade e inclusão para ampliar o conhecimento dos profissionais envolvidos no atendimento a pessoas com deficiência, como os profissionais da educação e o enfermeiro envolvido no programa saúde na escola. Logo, ambos necessitam participar de cursos de formação, capacitação, pois é um dos caminhos que pode auxiliá-los no suporte a clientela em estudo, oportunizando trocas de conhecimentos e informações.

## 5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT - NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BENTO, T.S.; CASTILHOS, G.I.C.; SCHOELLER, S.D.; ROCHA, P.K.; THOLL AD, SOARES MZ. Desafios para inclusão da criança com deficiência na escola. **Enfermagem em Foco**, v. 6, n. 1/4, p. 36-40, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Censo Escolar: 2017**. Brasília - DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ampesc.org.br/\\_arquivos/download/1382550379.pdf](http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf)>. Acesso em: 15/01/2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília - DF, 2015.

CAMARGO, E.P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. [Editorial]. **Ciência & Educação**, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

CARVALHO, F.F.B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1207-27, 2015.

FREITAS, S.N.; TEIXEIRA, C.T.; RECH, A.J.D. Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p. 2104-24, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro - RJ, 2010.

LAZZARETTI, B.; FREITAS, A.S. Família e escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. **Caderno Intersaberes**, v. 5, n. 6, p. 1-13, 2016.

LIMA, U.T.S.; COSTA, A.C.S. Inclusão de uma aluna com deficiência auditiva no curso de enfermagem em uma universidade pública de alagoas. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 12, n. 41, p. 57-64, 2014.

LOPES, S.T.C.; MARTINS, C.F.S.; CHAVES, A.A.S.; TAVARES, A.C.C. Educação profissional e tecnológica: a acessibilidade como garantia de inclusão a alunos com deficiência. **Revista EIXO**, v. 5, n. 2, 2016.

MACEDO, M.C.S.R.; AIMI, D.R.S.; TADA, INC.; SOUZA, A.M.L. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 2, p. 179-189, 2014

MENDONÇA, A.A.S. Escola inclusiva: barreiras e desafios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 1, p. 4-16, 2013.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Disponível em: <<https://unicrio.org.br/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 15/01/2018.

PALMA, L.E.; MANTA, S.W. Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. **Educação, Santa Maria**, v. 35, n. 2, p. 303-14, 2010.

SILVA, S.S.; CARNEIRO, R.U.C. Inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental I? **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2, p. 935-55, 2016.

VASCONCELOS, F.K.A.; PAGLIUCA, L.M.F.; CARVALHO, A.T.; OLIVEIRA, M.G.; ALMEIDA, P.C. The Learning of Adolescent Students about the Disabled Person Using Board Game. **Open Journal of Nursing**, v. 5, n. 3, p. 173-180, 2015.